



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

Edital

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2023 - SER

ExpoGoiás 2024/2025

O Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Retomada – SER, torna público o presente Edital de Chamamento Público, visando a seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSC) interessada em celebrar Termo de Colaboração que tem pro objeto a realização da ExpoGoiás 2024/2025, consubstanciada por meio da realização e participação em eventos como também em simpósios, congressos, conferências, convenções ou eventos correlatos que ocorrerão no período que se estende de março de 2024 (03/2024) a março de 2025 (03/2025). O procedimento de seleção será regido pela Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital e no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O período de divulgação do Chamamento Público será de **23/01/2024 a 29/02/2024**.

1.2 A retirada do Edital e de seus Anexos, bem como todos os atos, convocações e resultados/julgamentos, poderá ser feita na Secretaria de Estado da Retomada – SER, localizada na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica), Centro, Goiânia - Goiás, CEP 74.003.010, telefone (62) 3201-5205 ou ainda pelo endereço eletrônico [http:// www.retomada.go.gov.br](http://www.retomada.go.gov.br). As propostas deverão ser encaminhadas para o mesmo endereço de retirada do Edital, devendo ser entregues na Comissão de Seleção da Secretaria de Estado da Retomada, nos horários estabelecidos. O julgamento e a formalização dos termos de colaboração com as OSCs ocorrerão de acordo com os critérios objetivos para a seleção da executora do Chamamento Público.

1.3 O prazo para recebimento das propostas técnicas encerrar-se-á na data de **29/02/2024 às 17h, sendo que no dia 01/03/2024, às 09h**, será realizada a Sessão de abertura dos envelopes e início da análise da documentação, no endereço acima citado.

1.4 Todos os documentos físicos serão vistos pelos integrantes da Comissão de Seleção na presença de todos os interessados.

1.5 A documentação que terá validade para análise pela Comissão é do arquivo físico, entregue no prazo estabelecido no item.

1.6 Não será realizado a conferência do documento digital com o físico.

1.7 Caso não seja possível realizar à análise da documentação na mesma sessão, será lavrada a Ata, a sessão será suspensa, e todas as informações serão publicadas no site oficial da Retomada.

2. DO OBJETO

2.1 A finalidade da presente colaboração é a seleção de propostas para a celebração de parceria entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Retomada, através da formalização de Termo de Colaboração, para a realização de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil, conforme condições estabelecidas em Edital de Chamamento Público, objetivando a realização da ExpoGoiás 2024/2025, que ocorrerá no período que se estende de março de 2024 (03/2024) a março de 2025 (03/2024).

2.2 O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas no Edital.

2.3 Será selecionada uma única proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do Termo de Colaboração.

3. APRESENTAÇÃO

3.1 A Secretaria de Estado da Retomada, por meio de Edital de Chamamento Público, visa receber propostas de Organizações da Sociedade Civil, para com Termo de Colaboração, realizar a ExpoGoiás 2024/2025, para promover o Estado de Goiás, nos mais diversos municípios das unidades federativas, propiciando a realização e participação em eventos diversificados, como por exemplos: simpósios, congressos, conferências, convenções, congressos ou solenidades congêneres.

3.2 O objetivo da ExpoGoiás é promover Goiás, fomentando a atração de novos negócios para geração de emprego e renda, divulgando a cultura, o turismo, produtos e serviços goianos, além da logística e infraestrutura do Estado, levando, por meio da celebração do Termo de Colaboração, estruturas e insumos necessários para a realização dos diversos eventos a serem realizados no decorrer da vigência do presente ajuste, bem como participação.

3.3 O Chamamento Público visa receber propostas para a realização da ExpoGoiás. As propostas serão avaliadas por meio de critérios estabelecidos previamente em Edital.

3.4 A Comissão de Seleção constituída por meio de Portaria publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás será responsável pela avaliação e julgamento das propostas recebidas.

4. OBJETIVOS DO PROJETO

4.1 OBJETIVOS GERAIS:

4.1.1 Promover a ExpoGoiás 2024/2025 em grandes cidades brasileiras, com a finalidade de divulgar o Estado de Goiás e seus potenciais relacionados ao empreendedorismo, negócios, emprego e renda, bem como a evidenciação da cultura e do turismo.

4.1.2 Para tanto, o ajuste visa garantir estruturas, insumos e outros itens necessários para a realização e participação com todas as ações necessárias para os diversos eventos que ocorrerão no decorrer da vigência do ajuste.

4.1.3 Incentivar o turismo, por meio da divulgação das expressões artísticas locais a nível nacional com ações culturais, artesanais e gastronômicas, para estímulo econômico nas cidades goianas.

4.1.4 Promover o potencial logístico, infraestrutura, mão de obra qualificada e os benefícios para que novas empresas se instalem no Estado de Goiás.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

4.2.1 Promover o Estado de Goiás aos potenciais investidores/empresários em ao menos 5 (cinco) Estados distintos, abrangendo 3 (três) ações e 2 (duas) participações, locais estes que possibilite a exteriorização do potencial turístico, econômico, social, além da infraestrutura e logística existente em Goiás.

4.2.2 Divulgar o Estado de Goiás para potenciais investidores/empresários e a população das cidades que irão sediar os eventos a ocorrer durante a vigência do ajuste, mediante ações que possam mobilizar os mais diversos grupos a partir de suas particularidades e seus possíveis interesses em Goiás.

4.2.3 Apresentar propostas para realizar a ExpoGoiás 2024/2025 ou/e participações em eventos que sejam coerentes com as sugestões do Estado de Goiás, recomendadas pela Secretaria de Estado da Retomada - SER, que venham a ocorrer em todo o território federal, que possibilitem a divulgação da economia criativa, cultural e qualificação profissional do Estado de Goiás.

4.2.3 Divulgar o Estado de Goiás para potenciais investidores/empresários como um local que possui potencial logístico, infraestrutura e mão de obra qualificada para que novos negócios possam se instalar no Estado, com foco na geração de emprego e renda.

4.2.4 Fomentar o *trade* turístico do Estado de Goiás, por meio da divulgação de seus principais pontos turísticos para a população dos outros Estados em que estiver ocorrendo a execução da ExpoGoiás 2024/2025 ou participações, aumentando assim o fluxo de consumidores nas atividades comerciais dessas regiões.

4.2.5 Apresentar as vantagens e benefícios de se investirem no Estado de Goiás aos potenciais investidores/empresários, tais como: incentivos fiscais, internacionalização do aeroporto, segurança, custo de vida, dentre outros atrativos.

4.2.6 Atrair empresas e parceiros com potencial para estimular e movimentar as atividades econômicas dos Arranjos Produtivos Locais goianos (APL's).

4.2.7 Divulgar os produtos e alimentos típicos goianos, tais como: pequi, mel, açafraão, empadão, entre outros, para a população das regiões em que estiver ocorrendo a execução da ExpoGoiás 2024/2025.

4.2.8 Divulgação do potencial econômico das cooperativas do Estado de Goiás para os potenciais investidores/empresários.

4.2.9 Apresentar os cases de sucesso em políticas públicas e negócios do Estado de Goiás aos empresários/investidores e para a população na qual estiver ocorrendo a execução da ExpoGoiás 2024/2025.

4.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO TERMO DE COLABORAÇÃO

4.3.1 A celebração do Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil - OSC visa garantir:

a) elaboração de projetos de eventos contendo um detalhado plano de trabalho;

b) realização de eventos nacionais de natureza institucional com a promoção do Estado de Goiás;

- c) equipe destinada a produzir as ações e atrações em cada local do evento, contando com as instalações estruturais necessárias;
- d) fornecimento de estruturas, itens e equipamentos necessários para a realização dos eventos, shows, feiras, conferências, solenidades congêneres, além de outros eventos similares a finalidade deste Termo de Referência;
- e) fornecimento de equipamentos necessários para a realização dos eventos e demais conferências similares para a segurança dos participantes;
- f) fornecimento de equipamentos para sonorização, projeção e transmissão;
- g) fornecimento de estruturas e insumos necessários para o bem-estar dos participantes dos eventos;
- h) organização da divulgação do evento em mídias impressas, rádios, TV's, redes sociais, outdoors;
- i) prestação de contas do orçamento executado conforme previsto em Edital;
- j) produzir registros visuais e gráficos sobre as ações promovidas;
- k) fornecimento de brindes personalizado com as características de Goiás;
- l) promoção de feiras e/ou conferências com artesanato, produtos e comidas típicas do Estado de Goiás;
- m) fornecimento de transporte e hospedagem dos envolvidos durante a realização dos eventos;
- n) fornecimento de transporte dos produtos e artesanatos a serem expostos e/ou vendidos nos diversos eventos;
- o) incentivar o turismo, por meio da divulgação das expressões artísticas locais a nível nacional com ações culturais, artesanais e gastronômicas, para o estímulo econômico nas cidades goianas;
- p) promover o potencial logístico, infraestrutura, mão de obra qualificada e os benefícios de novas empresas se instalarem em Goiás;
- q) disponibilizar divulgação dos atrativos do Estado de Goiás em ambiente público, tais como stand de mídia, praças de eventos e shoppings, dentre outros;
- r) Montagem e desmontagem referente à pré-produção e pós-produção, contemplando todos os equipamentos e estruturas necessárias para realização do evento. O valor deve contemplar frete e mão de obra para levar material, montá-lo, desmontá-lo, e recolhê-lo após o evento.

4.3.2 Fornecer transporte para os artesanatos e produtos que poderão ser expostos e comercializados.

4.3.3 Organizar a estrutura para exposição e comercialização do artesanato e produtos goianos.

4.3.4 Organizar a estrutura para a realização de palestras e oficinas.

4.3.5 Organizar estrutura para realização de mesas redondas e palestras destinadas aos empresários/investidores, com salas ou salões de conferência, bem como demais espaços e acomodações.

4.3.6 Para efeitos deste termo, em se tratando de organização de eventos, devem ser consideradas as seguintes definições:

a) Organização: realização dos serviços permanentes e eventuais, constantes deste Termo de Referência;

b) Evento: apresentações, cerimônias, conferências, congressos, debates, encontros, fóruns, palestras, seminários, reuniões, visitas de autoridades, feiras, workshops, entre outros, realizados pela Secretaria de Estado da Retomada;

c) Atividade: compreendem o planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento de eventos, pré e pós eventos, incluindo checagem, preparação de ambientes e dos equipamentos necessários, suporte técnico, fornecimento de apoio logístico e dos serviços que se fizeram necessários, com emprego de profissionais capacitados e equipamentos em quantidades e características necessárias.

4.3.7 Os eventos podem variar dentre:

a) Dialogais: palestra, conferência, seminário, simpósio, workshop, convenção, fórum, debate, mesa redonda, painel, encontro, congresso, entrevista individual ou coletiva;

b) Deliberativos: Convenção e reunião;

c) Expositivos ou Demonstrativos: feira, salão, mostra, exposição, lançamento de projetos, produtos e serviços;

d) Coloquiais sociais: visita, missão, coffee-break, brunch, almoço, jantar, coquetel, assinatura de ato, inauguração.

4.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS - PRÉ-EVENTO

4.4.1 Para assegurar que o evento aconteça, algumas medidas devem ser tomadas pela Organização da Sociedade Civil - OSC selecionada no certame, como:

a) Apresentar projetos de cada evento em que o Estado de Goiás tenha interesse em atuar, na qual passará por avaliação e validação da Secretaria de Estado da Retomada - SER, devendo contemplar um cronograma e planejamento voltados para a participação nos eventos, que atendam ao objeto precípuo deste Termo de Referência;

b) Contratar profissional que detenha conhecimentos técnicos para a definição das estruturas, considerando as características e o local de montagem de cada município das unidades federativas que vier a interessar;

c) Realizar visitas técnicas às cidades das unidades federativas, junto com os representantes da Secretaria de Estado da Retomada - SER, para identificação do melhor local para instalação da estrutura;

d) Realização do projeto de estrutura para as devidas aprovações do Corpo de Bombeiros, se for o caso;

e) Realizar todas as atividades necessárias para obtenção das licenças, para montagem e desmontagem de estrutura como, por exemplo, a Licença Ambiental, se for o caso;

4.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS - ESTRUTURAS PARA EVENTOS

4.5.1 Para assegurar que os eventos sejam estruturalmente executados, algumas medidas devem ser tomadas pela Organização da Sociedade Civil - OSC selecionada no certame, como por exemplo, a organização de:

- Coordenador de evento;
- Equipe de apoio;

- Fotógrafo profissional;
- Alimentação;
- Hospedagem;
- Camisetas;
- Som;
- Iluminação;
- Filmagem;
- Banheiros Químicos;
- Tendas;
- Outros necessários para a boa execução do evento.

4.5.2 A Organização da Sociedade Civil - OSC, deverá adotar todas as medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e idosos, quando necessário.

4.6 DEMAIS RESPONSABILIDADES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

4.6.1 Pagamento de Taxas e demais tributos e impostos que houver do evento.

4.6.2 Elaborar relatório técnico de resultados de cada evento.

4.6.3 Apresentar, previamente, plano pormenorizado de cada evento, com o intuito de detalhar os custos e qualidade contratada, com identificação das metas a serem alcançadas.

4.6.4 Realizar toda comunicação visual do evento, seguindo o manual de marcas do Estado de Goiás.

4.6.5 Garantir que todos os resíduos gerados na produção do evento sejam descartados corretamente ou enviados para reciclagem, quando for o caso.

4.6.6 Realizar, na hipótese de extinção da parceria, formalização de promessa de transferência de propriedade de bens móveis, como equipamento e materiais, adquiridos com recursos provenientes da parceria, devendo o bem ser gravado com cláusula de inalienabilidade.

5. DO VALOR PREVISTO PARA A PARCERIA, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 A previsão de custos seguirá a tabela abaixo:

AÇÃO/ATRAÇÃO	LOCAL	PREVISÃO DE CUSTOS
---------------------	--------------	---------------------------

<p>Estão previstas ações para divulgação do potencial logístico e de infraestrutura do Estado de Goiás, para atração de novos negócios que gerem emprego e renda e promovam a cultura, o turismo e o empreendedorismo goiano, em eventos nos demais Estados da Federação, sob demanda, de acordo com o período e itens especificados neste Termo de Referência.</p>	<p>Em ao menos 5 (cinco) Estados distintos, abrangendo 3 (três) ações e 2 (duas) participações.</p>	<p>R\$4.500.000,00 (quatro milhões quinhentos mil reais)</p>
---	---	--

5.1.1 O cronograma de pagamento/desembolso será realizado conforme o plano de aplicação/orçamento a ser apresentando no plano de trabalho a ser emitido pela Organização da Sociedade Civil - OSC, moldes do Anexo VI.

5.1.2 O pagamento/desembolso dos recursos ainda será condicionado a aprovação pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal da compensação, previsto no art. 8º, §3º, da Lei Complementar Estadual nº 159/2017.

5.2 Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014.

5.2.1 É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

5.3 Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho, as dispostas no art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

5.4 É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União.

5.5 Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

5.6 As liberações recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
DATA	Valor R\$

04/2024	R\$ 4.500.000,00
---------	------------------

5.7 As despesas decorrentes da execução da parceria correrão à conta da verba n°. 2024.42.01.11.691.1054.3254.03, Natureza de Despesa: 3.3.90.39.05, Fonte 15000100, do vigente orçamento estadual, emitidas pela Seção competente da Secretaria de Estado da Retomada.

5.8 O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas.

5.9 A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

5.10 No exercício seguinte, as despesas ocorrerão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programas, ficando a Retomada obrigada a apresentar, ao fim do procedimento, a respectiva Nota de Empenho.

6. CONTRAPARTIDA

6.1 A Organização da Sociedade Civil - OSC, que firmar a colaboração deverá garantir que todos os resíduos gerados na produção do evento sejam descartados corretamente ou enviados para reciclagem, quando for o caso.

6.2 A Organização da Sociedade Civil - OSC, deverá apresentar um relatório com o quantitativo dos participantes por dia de evento.

6.3 A Organização da Sociedade Civil - OSC, deverá disponibilizar um *totem* para realização de pesquisa com os participantes, a fim de saber o que mais atrai as pessoas ao Estado de Goiás, com apresentação dos devidos resultados ao final de cada evento.

6.4 A Organização da Sociedade Civil - OSC, deverá fazer um levantamento do impacto sócio-econômico do evento, com número de ocupação em hotéis, restaurantes, comércio em geral.

7. PARTICIPAÇÃO, REQUISITOS E INSTRUMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PARCERIA

7.1 Poderão participar deste chamamento público as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014

7.1.1. Para os fins da legislação que rege o presente edital de chamamento, considera-se OSC:

a) Entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) As sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.

c) As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

7.2. Para a execução do objeto previsto neste Edital, será admitido a atuação em rede de duas ou mais Organizações da Sociedade Civil em regime de mútua cooperação e conforme os termos estabelecidos no Edital, conforme previsto no Art. 35 da Lei 13.019/2014.

7.3 Para a celebração do Termo de Colaboração a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

d) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho no mínimo 02 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, admitida a redução desse prazo por ato específico da autoridade competente, na hipótese de nenhuma organização atingi-lo; Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho e na forma do art. 26, caput, inciso III, do Decreto Federal nº 8.726/2016 (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei Federal nº 13.019/2014, e art. 26, caput, inciso III, do Decreto Federal nº 8.726/2016);

f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de

serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

h) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014.

i) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração, Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014)

k) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);

l) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014)

7.4 Será vedada a participação da Organização da Sociedade Civil que:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

c) tenha em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014) ou

g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o

exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992(art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

8. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

8.1 A Comissão de Seleção será designada pelo Secretário de Estado da Retomada, por meio de Portaria publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás. A Portaria deverá ser publicada antes do Edital ser tornado público.

8.2 Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos do art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.019/2014, e art. 14, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº 8.726/2016.

8.3 A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção.

8.3.1 Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.

8.4 Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro do colegiado.

8.5 A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões.

8.5.1 Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

9. DA FASE DE SELEÇÃO

9.1 A fase de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	23/01/2024
2	Envio das propostas pelas OSC's	23/01/2024 a 29/02/2024

3	Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção	01/03/2024 a 07/03/2024
4	Divulgação do resultado preliminar	08/03/2024
5	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar	11/03/2024 a 15/03/2024 5 (cinco) dias contados da divulgação do resultado preliminar
6	Prazo para apresentação das contrarrazões	18/03/2024 a 22/03/2024 Até 5 (cinco) dias úteis após a finalização da Etapa 5
7	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção	25/03/2024 a 29/03/2024
8	Homologação e publicação do resultado definitivo da Fase de Seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver)	08/04/2024 (esse prazo é estimado)

Os prazos poderão ser alterados conforme a necessidade e o andamento do Chamamento Público nº 01/2024.

9.2 Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da OSC selecionada (mais bem classificada), nos termos do art. 28, da Lei Federal nº 13.019/2014.

9.3 ETAPA 1: Publicação do Edital de Chamamento Público

9.3.1 O presente Edital será divulgado em sua íntegra no sítio eletrônico oficial da Secretaria de Estado da Retomada (<https://www.retomada.go.gov.br/>), e o Aviso do Chamamento contendo informações no Diário Oficial do Estado, nos termos dos art's. 26 e 38 da Lei Federal 13.019/2014 e art. 11 do Decreto Federal nº 8.726/2016.

9.4 ETAPA 2: Envio das propostas pelas OSC's

9.4.1 As propostas serão apresentadas pelas OSC's através de Ofício endereçado a Comissão de Seleção e protocolado na sede da Secretaria de Estado da Retomada - Rua 82, 400, andar 2, Ala Leste Ed. Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Setor Central, Goiânia-GO, CEP: 74015-095.

9.4.2 A proposta deverá ser entregue com todas as páginas numeradas e rubricadas em envelope lacrado com etiqueta contendo o nome da OSC e os dados do Chamamento Público.

9.4.2.1 A proposta deverá conter a assinatura do representante legal da OSC proponente.

9.4.2.2 Além da cópia física deverá ser entregue uma versão digital da proposta (em um pen drive ou para o e-mail chamamento.ser@goias.gov.br).

9.4.3 Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública estadual.

9.4.4 Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta.

9.4.1 Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise, conforme item 9.4.2. deste Edital.

9.4.5 As propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexos com a atividade ou o projeto proposto;

b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferem o cumprimento das metas;

c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

d) o valor global.

9.5 ETAPA 3: Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção

9.5.1 Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes.

8.5.2 A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

9.5.3 A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido de até 05 (cinco) dias úteis para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, alterando consequentemente os demais prazos do

edital.

9.5.3 A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados a seguir:

Ordem	Item	Crítérios	Pontuação	Definição detalhadas dos critérios
A	Experiência da instituição em realização de eventos	A OSC e/ou sua diretoria apresenta experiência na execução de eventos da natureza dos objetos descritos no Edital.	1 a 5	a) a pontuação máxima é igual a 5 (cinco). b) cada comprovante vale 1 (um) ponto. O máximo de comprovantes considerados será 5 (cinco).
		A OSC e/ou sua diretoria apresenta experiência na execução de eventos.	1 a 5	a) a pontuação máxima é igual a 5 (cinco). b) cada comprovante vale 1 (um) ponto. O máximo de comprovantes considerados será 5 (cinco).
		A instituição firmou contrato/ajuste com órgãos/entidades públicas nas esferas federal, estadual ou municipal.	1 a 5	a) a pontuação máxima é igual a 5 (cinco). b) cada comprovante vale 1 (um) ponto. O máximo de comprovantes considerados será 5 (cinco).
		Currículo do coordenador geral comprovando experiência na área de eventos	1 a 5	a) o coordenador geral possui experiência comprovada na área de produção de eventos. Máximo de pontos: 5 (cinco). b) cada comprovante vale 1 (um) ponto. Serão considerados 5 (cinco) comprovantes.

B	Equipe Técnica	Currículo do produtor comprovando experiência na área de eventos	1 a 5	<p>a) o produtor possui experiência comprovada na área de produção de eventos. Máximo de pontos: 5 (cinco).</p> <p>b) cada comprovante vale 1 (um) ponto. Serão considerados 5 (cinco) comprovantes.</p>
		Currículo dos membros da OSC comprovando experiências na área de produção de eventos	1 a 5	<p>a) Os membros da OSC indicados para atuar no evento possuem experiência na área de produção de eventos (2,5).</p> <p>b) Os membros da OSC indicados para atuar no evento possuem experiência na produção de eventos da natureza dos descritos no Edital (2,5).</p>
		Currículo do assessor de imprensa comprovando experiência na área de realização de eventos	1 a 5	<p>a) o assessor de imprensa possui experiência na comunicação de eventos (2,5).</p> <p>b) o assessor de imprensa possui experiência na comunicação de eventos da mesma natureza dos descritos no edital (2,5).</p>
		Cronograma de execução de atividades conforme Edital	1 a 10	<p>a) prevê pré-produção, com prazo razoável para deliberação da Secretaria de Estado da Retomada - SER (2,5).</p> <p>b) prevê planejamento (2,5).</p> <p>c) prevê prestação de contas no cronograma (2,5).</p> <p>d) prevê pós-produção para cada evento executado (2,5).</p>
			1 a 10	<p>a) possui clareza, objetividade e coerência com a temática do Termo de Referência (3).</p> <p>b) prevê aspectos inovadores para divulgação do Estado de Goiás nas cidades sede dos eventos selecionados (3).</p> <p>c) valorização das potencialidades do Estado de Goiás (4).</p>
				<p>a) prevê sustentabilidade na execução, com apresentação de descarte de resíduos sólidos (3).</p>

C	Coerência e consistência do plano de execução do projeto	Conceito do projeto	1 a 10	<p>b) apresenta matriz de riscos com propostas de soluções exequíveis e planejamento para análise do monitoramento de risco (3).</p> <p>c) apresenta um mapeamento de feiras nacionais que tenham correlação com o tema proposto (4).</p>
			1 a 5	<p>a) apresenta estratégia de acompanhamento e avaliação das ações a serem executadas (5,0).</p> <p>b) prevê relatório de desempenho das atividades e impactos das ações realizadas para o Governo de Goiás (5,0).</p>
		Plano de Trabalho	1 a 10	<p>a) demonstra coerência com o cronograma, dentro do período disponibilizado para a execução do projeto (1).</p> <p>b) prevê o fornecimento de estruturas e insumos necessários para a realização dos eventos (2,5).</p> <p>c) prevê equipe técnica destinada à produção dos eventos (1,5).</p> <p>d) demonstra inovação para execução das ações previstas no Termo de Referência (2,5).</p> <p>e) prevê condições de acessibilidade/mobilidade (2,5).</p>
		Plano de Comunicação	1 a 10	<p>a) prevê ampla divulgação em canais de comunicação incluindo mídias locais (2,0).</p> <p>b) prevê o fornecimento de kit gráfico, com outdoors, banners, folders, entre outros. (2,5).</p> <p>c) prevê inovação na estratégia de marketing, com divulgação em mídias e plataformas digitais (1,5).</p> <p>d) <i>press kit</i> com identidade visual para imprensa (2,0).</p> <p>e) <i>suvenirs</i> com identidade visual para o público (2,0).</p>

D	Planilha orçamentária	Descrição da proposta ao valor de referência constante no Edital	1 a 10	a) planilha gráfica de recursos a serem investidos, em consideração ao período disponibilizado para a execução do projeto (5). b) O valor global proposto é igual o valor de referência (5).
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL			100	

9.6 A pontuação mínima para classificação será de 60% dos pontos possíveis.

9.6.1 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (C). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (D) e (A). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

9.6.2 Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

9.7 A falsidade de informações nas propostas, deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

9.8 A proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, seus financiadores, locais que demonstrem a potencialidade do Estado de Goiás, bem como a abrangência, os beneficiários, os resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

9.8.1 A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

9.9 Serão eliminadas aquelas propostas:

a) cuja pontuação total for inferior a 60 % (sessenta por cento) dos pontos possíveis,

b) que não contenham, no mínimo, as seguintes informações:

b.1) a descrição da realidade, objeto da parceria e o nexos com a atividade ou o projeto proposto;

b.2) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferem o cumprimento das metas;

b.3) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;

c) que esteja em desacordo com o Edital;

d) cujo valor global estiver acima do teto previsto no item 5 deste Edital.

9.10 As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

9.11 **ETAPA 4:** Divulgação do Resultado Preliminar.

9.11.1 A Secretaria de Estado da Retomada divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no sítio eletrônico (www.retomada.go.gov.br) e no Diário Oficial do Estado, iniciando-se o prazo para recurso.

9.12 **ETAPA 5:** Interposição de recursos: haverá fase recursal após a divulgação preliminar do processo de seleção.

9.12.1 Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão, nos termos do art. 18, do Decreto Federal nº 8.726/2016. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

9.12.2 Os recursos serão apresentados pelas OSCs em uma única via impressa, por meio de ofício endereçado à Comissão de Seleção, devendo ser entregues dentro do prazo legal, na Secretaria de Estado da Retomada, situada no 2º andar do Palácio das Esmeraldas, PRAÇA DOUTOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA 02, S/C - Bairro CENTRO - GOIANIA - GO - CEP 74003-010 - (62)3201-4628.

9.12.3 Interposto recurso, será dado ciência dele para os demais interessados pelo mesmos meios informados no item 9.11.1, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados imediatamente após o encerramento do prazo recursal, para que as OSCs apresentem contrarrazões, se desejarem. Se as contrarrazões contiverem fundamento novo que possa resultar na alteração do resultado preliminar (como, por exemplo, inabilitação, desclassificação ou reclassificação), antes de decidir, **a Administração Pública abrirá vista para a licitante que será potencialmente afetada para fins de manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.**

9.13 **ETAPAS 6 E 7:** Análise dos recursos pela Comissão de Seleção e prazo para contrarrazões.

9.13.1 Havendo recursos a Comissão de Seleção será responsável por sua análise.

9.13.2 Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões

9.13.3 A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

9.13.4 Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

9.13.5 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.14 **ETAPA 8:** Homologação e publicação do resultado definitivo da Fase de Seleção.

9.14.1 Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Secretaria de Estado da Retomada deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial (www.retomada.go.gov.br) e no Diário Oficial do Estado, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção (art. 19 do Decreto nº 8.726, de 2016).

9.14.2 A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria, nos termos do art. 27, § 6º, da Lei Federal nº 13.019/2014.

10. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

10.1 A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da OSC selecionada para apresentação do Plano de Trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos e vedações legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos e vedações legais.
3	Análise do Plano de Trabalho
4	Parecer do Órgão Técnico e assinatura do Termo de Colaboração

5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Estado de Goiás.
---	---

10.1.1 Cada critério estabelecido pela legislação deverá ser seguidos pela OSC selecionada e pela administração pública estadual.

10.2 **ETAPA 1:** Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.

10.2.1 Para a celebração da parceria, a Comissão de Seleção convocará a OSC selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, apresentar o seu Plano de Trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei Federal nº13.019/2014)

10.2.2 Por meio do Plano de Trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação, em especial o art. 22, da Lei Federal nº 13.019/2014, e o art. 25, do Decreto Federal nº 8.726/2016, observado o Anexo VI – Modelo de Plano de Trabalho e Anexo VII - Critérios de Seleção e Julgamento.

10.2.3 O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a forma de execução das ações;
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso;

10.2.4 A previsão de receitas e despesas prevista na alínea “e”, do item acima, deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações (mínimo de 03 fornecedores), tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

10.2.5 Assim como determina o art. 26 do Decreto Federal nº 8.726/2016, a OSC selecionada, além da apresentação do plano de trabalho, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias corridos previsto no item 10.2.1, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no art. 2º, caput, inciso I, no art. 33, caput, letras I a V, e no art. 34, caput, incisos II a VII, todos da Lei Federal nº 13.019/2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorrem nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- a) cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33, da Lei Federal nº 13.019/2014;

- b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo 03 (três) anos com cadastro ativo;
- c) comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante:
- c.1) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
- c.2) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
- c.3) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;
- c.4) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
- c.5) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
- c.6) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;
- d) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás, por meio de Certidão de Débito Inscrito em Dívida Ativa – Negativa;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- h) Prova de regularidade junto ao CADIN ESTADUAL – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, nos termos do art. 6º, inc. I, da Lei Estadual nº 19.754/17.
- i) Certidão Negativa de Suspensão e/ou Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração Pública, nos termos do § 4º, art. 5º, do Decreto Estadual nº 7.425/2011.
- j) declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;
- k) cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;
- l) relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração do Art. 27 do Decreto Federal nº 8.726/2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade;
- m) declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no Anexo IV – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;
- 10.2.6 Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nas letras d), e), f) e g) acima.

10.2.7 As OSCs ficarão dispensadas de reapresentar as certidões previstas nas letras d), e), f) e g) informados acima, que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente (art. 26, §4º, do Decreto Federal nº 8.726/2016).

10.2.8 O plano de trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela OSC selecionada e entregues pessoalmente no endereço informado no item 9.4.1 desta referência. O plano de trabalho também deverá seguir a regra do item 9.4.2, deste Edital.

10.3 ETAPA 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.

10.3.1 Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela Comissão de Seleção, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Nessa etapa também será analisado o Plano de Trabalho.

10.3.2 Somente será aprovado o Plano de Trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta cadastrada pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus Anexos. Para tanto, a Comissão de Seleção poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, nos termos do art. 25, § 3º, do Decreto Federal nº 8.726/2016.

10.3.3 De acordo com o art. 28, § 1º, da Lei Federal nº 13.019/2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

10.3.4 Em conformidade com o art. 28, § 2º, da Lei Federal nº 13.019/2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

10.4 ETAPA 3: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentos, se necessário:

10.4.1 Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria (art. 28, do Decreto Federal nº 8.726/2016).

10.4.2 Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a Comissão de Seleção solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada (art. 25, §§ 3º e 4º, do Decreto Federal nº 8.726/2016).

10.5 ETAPA 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do Termo de Colaboração.

10.5.1 A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pela administração, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia

dotação orçamentária para execução da parceria.

10.5.2 A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria (art. 25, §5º, do Decreto Federal nº 8.726/2016).

10.5.3 No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

10.5.4 OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

10.6 **ETAPA 5:** Publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Estado de Goiás

10.6.1 O Termo de Colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado (art. 38, da Lei Federal nº 13.019/2014).

11. DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de vigência desta parceria é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período mediante interesse das partes devidamente formalizada e justificada com, no mínimo, 30 (trinta) dias antecedentes do termo inicialmente previsto.

11.2 Durante a execução da parceria é vedada a alteração de seu objeto.

11.3 Não se considera alteração de objeto a revisão de valores ou metas do Plano de Trabalho da parceria, mediante termo aditivo ou por apostila ao Plano de Trabalho original.

12. DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

12.1 A comissão de monitoramento e avaliação atuará nos termos do art. 58 e 59 da Lei nº 13019/2014 e art. 49, caput, do Decreto nº 8.726, de 2016, sendo responsável pelo monitoramento da parceria, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

12.2 A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública estadual, devendo ser observado o disposto no art. 50 do Decreto nº 8.726/ 2016, sobre a declaração de impedimento dos membros que forem designados.

13. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas da parceria, deverá ser feita observando-se as regras previstas na Lei 13.019/2014 e Decreto nº 8726/2016, além de prazos e normas de

elaboração constantes nesse instrumento de parceria e no Plano de Trabalho. De acordo com Termo de Referência deverá ser parcial e final.

13.2 A prestação de contas relativas à execução do Termo de Colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, além do Relatório de Execução do Objeto e, se for o caso, do Relatório de Execução Financeira, acompanhados de cópia dos comprovantes das despesas incorridas, extrato bancário da conta vinculada à parceria e demais obrigações constantes em legislação específica, apresentados pela O.S.C. bem como do Relatório de Visita in loco e do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação elaborados pela Administração Pública.

13.3 A O.S.C. parceira deverá apresentar a prestação de contas com elementos que permitam concluir que o seu objeto foi executado conforme o pactuado, com descrição pormenorizada das ações realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados até o término da vigência, possibilitando estabelecer nexo de causalidade entre a receita e a despesa.

13.4 A Prestação de Contas Final, por meio de Relatório Final de Execução do Objeto, deverá ser apresentada pela O.S.C. à SECULT no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contado do término da execução da parceria, prorrogável por mais 10 (dez) dias úteis, mediante justificativa e solicitação prévia da organização da sociedade civil.

13.5 Quando constatada irregularidade ou descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho, o gestor da parceria, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC conforme previsto no inciso II, artigo 65, Decreto nº 8.726/2016.

13.6 Transcorrido o prazo do item 13.5, para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, o Administrador Público competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

14. DO GESTOR

14.1 Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final. (art. 63 do Decreto nº 8.726/2016).

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Aos interessados em firmar parceria com a SER, nos termos deste Edital, é imprescindível a leitura integral da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Federal nº 8.726/2016, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, falta de conhecimento dessa legislação, seja para deixar de cumpri-la ou para evitar as sanções cabíveis.

15.2 Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus Anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data limite para envio da proposta exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: chamamento.ser@goias.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Gerência de Compras Governamentais e, caso necessário, pela Comissão de Seleção.

15.2.1 Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. Uma vez prestados, estes serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

15.3 A qualquer tempo, o Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

15.4 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73, da Lei Federal nº 13.019/2014.

15.5 A Secretaria de Estado da Retomada não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

15.6 Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

15.7 A Secretaria de Estado da Retomada, junto à Comissão de Seleção, resolverá os casos omissos e as situações não previstas neste Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública.

15.8 Caso a Organização da Sociedade Civil seja uma pessoa jurídica qualificada como associação civil, deverá apresentar **declaração informando a existência de Programa de Integridade**, conforme dispõe o art. 10 da Lei estadual nº 20.489, de 10 de junho de 2019.

15.9 O presente Edital terá vigência de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da homologação do resultado definitivo.

15.10 Constituem Anexos da presente referência, dele fazendo parte integrante:

ANEXO 1 - Declaração de Ciência e Concordância

ANEXO 2 - Declaração sobre Instalações e Condições Materiais

ANEXO 3 - Declaração Conformidade (art. 27 do Decreto nº 8726/2016) e Relação dos Dirigentes da Entidade

ANEXO 4 - Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos

ANEXO 5 - Modelo de Projeto Descritivo (Diretrizes para proposta)

ANEXO 6 - Modelo de Plano de Trabalho

ANEXO 7 - Critérios de Seleção

ANEXO 8 - Minuta do Termo de Colaboração

ANEXO 9 - Termo de Referência

Goiânia, 19 de janeiro de 2024.

César Augusto de Sotkeviciene Moura

Secretário de Estado da Retomada

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

RUA 82, 400, PALACIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 2 ° ANDAR ALA LESTE - Bairro SETOR CENTRAL - GOIÂNIA - GO - CEP 74015-095.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA, Secretário (a) de Estado**, em 22/01/2024, às 10:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **55618092** e o código CRC **E98A6B5A**.



Referência: Processo nº 202319222002097



SEI 55618092